

Ata nº 6 / XIII / 1.ª SL

Aos quinze dias do mês de Dezembro de 2015, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1ª Parte:

Audição do Observatório da Emigração

2ª Parte:

- 1. Informações gerais**
- 2. Aprovação das Grandes Linhas do Plano de atividades para a XIII legislatura**
- 3. Outros assuntos**

1.ª Parte

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Senhores Deputados, bem como aos ilustres convidados do Observatório para a Imigração, hoje presentes para a Audição, no caso, o Senhor Professor Doutor Rui Pena Pires, coordenador científico do Centro de Investigação e Estudos Sociais (CIES) do ISCTE; e as investigadoras, Doutoras Cláudia Pereira, Inês Espírito Santo, e Joana Azevedo. De seguida, explicou a metodologia adotada para a Audição e passou a palavra ao Grupo Parlamentar (GP) do PCP, para apresentar a motivação do Requerimento que deu origem à presente Audição.

Neste seguimento, interveio a Senhora **Deputada Carla Cruz (PCP)** para cumprimentar os convidados, em nome do seu GP. Situou a presente iniciativa no tempo e no espaço

constitucionais, reportando-a ao momento da discussão da Resolução n.º 84/2013, e sublinhou o facto de compreender que o Relatório de Emigração relativo ao ano transato não tenha sido apresentado, pois desmentia a versão do Governo de então acerca da evolução da emigração, marcadamente falaciosa, ilustrando com o caso específico dos enfermeiros. Questionou sobre se existiram cortes no financiamento da atividade do Observatório e se terá sido a divulgação pública do Relatório a determinar tal facto.

Concedida a palavra ao Senhor **Professor Pena Pires**, começou este por agradecer a oportunidade que foi dada ao Observatório que dirige para estar presente no Parlamento. De seguida, referiu estar já disponível o [Relatório da Emigração de 2015](#), situando seguidamente as origens, funções e o percurso do Observatório, criado em 2009, privilegiando a disponibilização periódica de dados científicos acerca do fenómeno dos fluxos migratórios em Portugal, e permitindo uma discussão pública informada e a consequente habilitação ao nível da tomada de decisão de políticas públicas. Relembrou que o Relatório foi entregue ao Governo em 14 de julho passado, tendo mais tarde sido divulgado no seu sítio eletrónico e que posteriormente, a 6 de outubro, recebeu um ofício da Direção-Geral dos Assuntos Consulares em que esta denunciava o acordo existente para promoção destes relatórios, fundamentando com a falta de confiança. Terminou, esperando que esta colaboração possa em breve ser retomada.

A Senhora **Dr.ª Cláudia Pereira**, na qualidade de investigadora do CIES, procedeu à sumária apresentação técnica dos dados do Relatório, sublinhando o facto de o Reino Unido, Suíça, França e Alemanha serem os destinos privilegiados da emigração nacional. No caso dos enfermeiros, o Reino Unido é o destino privilegiado (1211 emigrantes em 2013), sendo que em França, a comunidade portuguesa é a mais representativa, tendo suplantado a marroquina.

Interveio o Senhor **Deputado José Cesário (PSD)** que após ter apresentado os seus cumprimentos aos convidados, referiu que o Relatório em causa foi divulgado publicamente em 28 de outubro, precedido, a 14 de julho, de mais dados clarificadores da informação até então disponibilizada. Quis concretamente saber o Senhor Deputado se a análise efetuada permite concluir que a emigração estagnou e se poderá até estar já em regressão pós-pico de ocorrência. E questionou ainda como analisa o Observatório os movimentos migratórios intraeuropeus, numa ambiência de livre circulação de pessoas.

Respondeu o Senhor **Professor Pena Pires** confirmando ter sido entretanto atingindo um ponto de estagnação, mas que a população está de tal modo envelhecida que não há

margem de crescimento. Referiu que os dados do Eurostat, baseados em inquéritos a residentes em Portugal e que é o método adotado pelo Instituto Nacional de Estatística, originou uma subavaliação das taxas divulgadas, as quais apenas permitiram concluir que Portugal é o país europeu com maior saldo líquido negativo, que é o resultante da confrontação da imigração com a emigração.

Interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** que, após ter cumprimentado todos os presentes, abordou a questão concreta da denúncia do acordo entre o Governo e o Observatório para a elaboração dos Relatórios em apreço, salientando que aquele organismo tem prestado um serviço técnica e tematicamente único em Portugal dada a abrangência da metodologia que adota, fazendo de forma sistemática e independente. Relembrou que o acordo previa o financiamento do Observatório em 100 mil euros anuais, que passou a 15 mil, tendo sido, entretanto, integralmente cortado. Perguntou: Se existem diferenças substanciais entre o primeiro e o segundo relatório e, na afirmativa, quais; se 15 mil euros anuais são suficientes para promover esta atividade específica e, não sendo, o que é que ficou por fazer; porque havia diversos investigadores a trabalhar gratuitamente no Observatório.

Em resposta, referiu o convidado não conseguir explicar a motivação para a denúncia do acordo. A transferência de verbas para o Observatório iniciaram-se em 2008 (50 mil euros por ano), sendo que em 2011 essa verba desceu para os 15 mil euros, se bem que com alguns reforços pontuais. Aludiu ao custo de uma bolsa de pós-doutoramento, cerca de 30 mil euros, que era o destino dado às verbas assim recebidas. Relembrou que, previamente à sua publicação, informou do facto o Gabinete do Senhor Secretário de Estado de que o Observatório iria publicar os dados em falta do Relatório, já posteriormente à satisfação dos pedidos de esclarecimento formulados pelo Governo, essencialmente relacionados com questões de metodologia e contextualização. Sublinhou que o Observatório não faz estudos financiados pelo Estado, antes, é um agente estatístico que trata e publica, de forma independente, dados de teor científico.

Interveio seguidamente a Senhora **Deputada Domicília Costa (BE)** que, tendo saudado os convidados em nome do seu Grupo Parlamentar, manifestou a esperança de que o problema de financiamento do trabalho do Observatório possa vir a ser brevemente resolvido e deixou duas questões: como encaram a acusação de falta de confiança que fundou a denúncia do acordo; qual o futuro do Observatório, independentemente do seu financiamento.

Respondeu o convidado, afirmando desconhecer as causas de tal acusação. Crê, por outro lado, que as taxas de emigração irão baixar, mesmo antes de terminar a corrente crise.

Interveio o Senhor **Deputado Hélder Amaral (CDS/PP)** para cumprimentar os investigadores ora presentes e afirmar, de seguida, ser complicado falar de dados de emigração e daí querer extrapolar certos factos e conclusões incompatíveis com a cidadania europeia cujo direito de livre circulação é manifestação. Perguntou, pois, o que significa hoje o conceito de emigração, e qual é o papel da emigração para Angola e Brasil. Perguntou, ainda, se não se deveria desagregar dados do estudo que permitissem separar as águas quanto aos motivos da emigração.

Em resposta, referiu o Senhor **Professor Pena Pires** que o verdadeiro problema de Portugal é que só se registam saídas e muito poucas entradas, existindo estudos que ilustram ter Portugal perdido competitividade desde que acedeu à moeda única. Existem vários países europeus que registam igualmente significativas taxas de saída, as quais são porém, compensadas com igual número de entradas. Lembrou que no caso da emigração para o Brasil, este Estado impõe fortes restrições ao ingresso de profissionais altamente qualificados. Referiu existir uma ligação direta, positiva e negativa, entre emigração, imigração e taxa de emprego.

Seguidamente e já no âmbito da 2.ª ronda de intervenções, registou-se a formulação das seguintes questões, pelos Senhores Deputados:

Carla Cruz (PCP), para agradecer a compilação de dados fornecidos pelo Observatório e frisar existir uma brutal diferença entre liberdade de circulação de pessoas no espaço europeu e a busca de condições mínimas de sobrevivência, exercendo uma profissão no estrangeiro.

Carlos Alberto Gonçalves (PSD), para agradecer a apresentação dos convidados e salientar nunca ter existido como nos últimos 4 anos, tantos dados técnicos acerca da emigração disponibilizados publicamente e que não era ao Observatório que competia responder publicamente pelos dados. Salientou que a intermobilidade europeia é hoje um dado adquirido e que existem outros dados constantes do Relatório que devem ser devidamente valorizados, como por exemplo, a questão da defesa e promoção da língua portuguesa no mundo.

Paulo Pisco (PS), para assinalar o discurso tipo “banha da cobra” do Senhor Deputado que o antecedeu, designadamente no respeitante à propala intermobilidade europeia, lembrando ainda a intervenção do senhor Deputado Helder amaral, para lembrar que se existe um direito à livre circulação no espaço europeu, também existe, concomitantemente, um direito a ficar no país de origem.

(No seguimento da sua intervenção, registou-se forte reação por parte do Senhor **Deputado Carlos Alberto Gonçalves**, insurgindo-se contra os termos que entendeu “impróprios para um Deputado” como o Senhor Deputado Paulo Pisco se referiu à sua intervenção.)

Retomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco para formular as seguintes questões: se Observatório tem condições para funcionar sem financiamento público; e se houve ou não a intenção de ocultar dados do estudo por parte do Governo.

Domicília Costa (BE), expondo um caso familiar próximo de alguém que, possuindo curso superior, se viu obrigado a emigrar por motivos de necessidade e sobrevivência.

Helder Amaral (CDS/PP), referindo não estar em causa a qualidade e a utilidade do trabalho do Observatório, perguntando: qual a explicação para que os maiores países recetores de emigração serem os que são e não outros; como podem desagregar-se os dados, de forma a saber quais as motivações destas migrações, aspetos que não resulta claro do Relatório.

Paulo Neves (PSD), referindo não ser de admirar o fluxo migratório para a Alemanha, França ou Suíça, por se tratar de países desenvolvidos, sendo que nos casos de Angola e Brasil, tais fluxos explicam-se pelo êxito que é a internacionalização da economia portuguesa, cujos quadros acompanham as empresas que aí se implantaram. Questionou cerca das tendências previsíveis em matéria de emigração para os tempos mais próximos.

Carlos Páscoa (PSD) que após ter saudado os convidados, citou o Professor João Peixoto (ISEG), ao referir que a maior parte destes emigrantes tinham emprego em Portugal, pedindo a este propósito a opinião do Observatório, na pessoa do seu diretor. Questionou ainda acerca da indicação constante do Relatório de que a maior parte dos emigrantes possuem baixa formação escolar, confrontando-a com a propalada “fuga de cérebros”.

Isabel Santos (PS) para questionar se a Secretaria de Estado envolvida deu alguma justificação para o adiamento da apresentação do Relatório, cujos dados se referem sempre ao ano anterior, quando se sabia que a data de apresentação ocorria sempre durante o mês de julho, e ainda se os esclarecimentos solicitados eram de algum modo impeditivos da apresentação do Relatório na data prevista para tal. Terminou, perguntando se o diretor do Observatório se tinha apercebido de quaisquer sinais que pudessem indicar a invocada quebra de confiança.

Para responder em bloco, foi dada a palavra ao Senhor **Professor Pena Pires**, que referiu:

O funcionamento do protocolo de colaboração obrigava à entrega do Relatório anual ao Ministério dos Negócios Estrangeiros no mês de junho, tendo nessa altura perguntado qual seria a data prevista para a sua divulgação, ao que lhe foi respondido, primeiro, que seria em setembro e, depois, apenas após as eleições.

Sem financiamento é muito difícil funcionar, pois o montante entregue assegura o trabalho da equipa e da realização de iniciativas essenciais à recolha e tratamento de dados.

Não é líquido que as saídas sejam apenas para países europeus mais desenvolvidos, tal como o demonstra o caso angolano, embora a tendência predominante seja a primeira, sublinhando que a liberdade de circulação funciona nos dois sentidos, havendo de explicar a razão das assimetrias verificadas.

O que o Observatório diz não contraria a afirmação do Professor Peixoto, dado que este não correlaciona as saídas com a taxa de emprego.

Nenhum dos cenários de projeção demográfica do INE considerou vez alguma um saldo migratório negativo tão baixo quanto o que veio objetivamente a verificar-se.

Assinalou que o maior foco de imigração é o dos pequenos negócios de cidadãos chineses, o que só ocorre perante cenários de crise no país de acolhimento, dado possibilitar a venda de bens essenciais mais baratos.

Nada mais havendo a registar nesta Audição, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos convidados e, pelas 17.50 horas suspendeu a sessão.

2.ª Parte.

Retomada a sessão pelas 18 horas, confirmada a existência de quórum, deu-se seguimento à OD estabelecida, começando o Senhor **Presidente** por presar as seguintes informações gerais:

- Foram já distribuídas a todos os Deputados, para verificação, os Projetos de Relatórios referentes às seguintes matérias: O Progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, referente à 4.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (15 de setembro de 2014 a 22 de outubro de 2015);

Leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas da IX Legislatura ao final da 4.ª Sessão da XII Legislatura (5 de Abril de 2002 a 22 de outubro de 2015).

Estes documentos devem, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 21.º do RAR, ser aprovados pela Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares no início de cada sessão legislativa.

- De seguida, foi lembrada a listagem de iniciativas pendentes na Comissão, objeto do quadro já distribuído a todos os Deputados.

Ponto 2.

Foi unanimemente decidido remeter o tratamento desta matéria para a reunião ordinária do próximo dia 22, dada a necessidade de ultimar e conjugar as propostas dos diferentes Grupos Parlamentares. Para tal efeito, decorrerá anteriormente àquela data, uma reunião informal de coordenadores.

Ponto 3.

Relativamente a este Relatório, interveio a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)** para, na qualidade de Relatora, informar que o material e informações de suporte à elaboração do seu trabalho é manifestamente insuficiente, não havendo condições objetivas para a sua apresentação e discussão, antes do final de janeiro de 2016.

Interveio o Senhor **Deputado Sérgio Azevedo (PSD)** para lembrar a combinação de que cada Comissão envolvida nesta tarefa faria o seu Relatório, com o objetivo de, mais tarde, ser elaborado um documento compilatório.

Interveio a Senhora **Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD)** para vincar a possibilidade de serem efetuadas votações por email, desde que fora de matérias obrigatoriamente sujeitas ao princípio da discussão presencial.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas 18 horas e trinta minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20151215.mp3

Palácio de S. Bento, 15 de Dezembro de 2015

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicilia Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Isabel Santos
Joana Lima
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Lara Martinho
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo
Assunção Cristas
Berta Cabral
Carla Cruz
Carla Sousa
Fernando Jesus
Helder Amaral
Maria Augusta Santos
Maria Manuela Tender
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Oliveira
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Gabriela Canavilhas
Maria Germana Rocha
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 14 /09/2016.